



Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

ATA ENTREGA PPA BRASIL

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às **14:35** horas, nas dependências do Centro municipal dos Conselhos, as entidades para ciência da entrega do PPA Brasil. Estiveram presentes: Valério Francisco Frechiani **CORAÇÃO ABERTO**, Evandro L. de Oliveira **DORCAS**, Vanderlei Soares da Silva **ACEERAN VANKATE**, Helder Leonardo de Souza **AMAES**, Raquel L. Clemente **LGM**, Patrícia de Souza Rodrigues **AVK**, Vilmara Milagres **APAE** Rosilene dos Santos **ILPI ADRA**, Dafyne Mattos e o Secretário Gilmar Mariano **SEMTAS**.

A reunião se iniciou com o Secretário Gilmar agradecendo a presença e saudando a todos. A reunião foi realizada com representantes das instituições para alinhar a logística e os critérios relacionados ao recebimento da doação de alimentos. Inicialmente, discutiu-se a necessidade de cada instituição verificar se possui veículo e condições adequadas para retirar os alimentos no Centro Pastoral, local onde ocorrerá a entrega, considerando que isso facilitaria a organização da equipe responsável. Algumas instituições relataram limitações de transporte, mas afirmaram que buscarão alternativas ou apoio da secretaria, se necessário. Além da logística, foi destacado que a retirada dos alimentos é apenas uma das etapas, sendo fundamental estabelecer critérios para a distribuição, especialmente para as instituições que repassam os alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade social. Para prestação de contas ao governo, será obrigatório coletar dados como nome, CPF, bairro, telefone e assinatura dos beneficiários no ato da entrega. Essas informações ajudarão no mapeamento da insegurança alimentar no município. As listas poderão ser enviadas por meio digital para facilitar o controle. Também foi discutido que algumas instituições utilizarão os alimentos para consumo interno nas atividades desenvolvidas, enquanto outras farão distribuição às famílias e crianças atendidas em projetos sociais, reforçando a importância da organização e do registro adequado das informações. Reforçou-se a importância de estabelecer critérios rigorosos para a entrega dos alimentos às famílias, garantindo que o benefício chegue apenas a pessoas em situação real de vulnerabilidade social. Foi destacado que os responsáveis pela retirada devem ser a referência familiar e que a fiscalização ocorrerá tanto por meio das listas de controle quanto pelo acompanhamento da forma como os alimentos estão sendo distribuídos. Entre os critérios definidos, estão a exigência de que as famílias estejam inscritas e com cadastro atualizado no CadÚnico, preferencialmente acompanhadas pelo CRAS. Caso a família esteja em insegurança alimentar e ainda não esteja cadastrada ou acompanhada, deverá ser encaminhada ao CRAS para regularização e possível inclusão em outros benefícios, como a cesta verde. Também foi ressaltada a necessidade de cuidado para evitar descrédito do projeto, prevenindo que pessoas fora do perfil recebam os alimentos. Os Representantes relataram experiências anteriores na conferência de cadastros e atualização de dados para garantir justiça na distribuição. A parceria entre Secretaria e instituições foi considerada fundamental para facilitar o mapeamento das famílias em insegurança alimentar, permitindo encaminhamentos para outros serviços. Além da entrega direta às famílias, algumas instituições utilizarão os alimentos para preparo de refeições aos assistidos, sendo igualmente necessário informar e registrar os dados dos beneficiários para futura prestação de contas, respeitando inclusive as exigências relacionadas à proteção de dados, como a

Evandro



Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

solicitação de CPF nas listas de controle. Na continuidade, discutiu-se a forma de distribuição dos alimentos, considerando que eles serão entregues a granel e caberá às instituições organizar a montagem das cestas ou optar pelo modelo de "feirinha", conforme sua dinâmica interna. Destacou-se a importância de adequar a quantidade de alimentos ao número de membros de cada família, evitando desperdícios e garantindo maior justiça na divisão. Outro ponto debatido foi a logística de retirada, que ocorrerá às quartas-feiras no Centro Pastoral de Viana-Sede. Além disso, levantou-se a preocupação com famílias que possam estar recebendo benefícios simultaneamente por diferentes canais, como CRAS e instituições, sendo sugerido o cruzamento de dados para evitar duplicidade e ampliar o alcance a quem ainda não é atendido. Foi apresentada a quantidade de famílias e pessoas assistidas por uma das entidades (Aceeran Vankate), distribuídas por faixa etária e bairros diversos do município, reforçando a importância de um banco de dados compartilhado e de um "pente fino" nas listas para assegurar transparência, equidade na distribuição e correta prestação de contas aos órgãos responsáveis. Discutiu-se ainda a responsabilidade pelo cruzamento das listas de beneficiários para evitar duplicidade no recebimento das doações e proteger as instituições de possíveis desgastes com a comunidade. Ficou definido que as entidades realizarão as entregas e encaminharão as listas à Secretaria, que fará a verificação no banco de dados do CRAS para identificar quem já recebe benefícios, assumindo a responsabilidade por eventuais exclusões, a fim de evitar constrangimentos diretos às instituições. Também foi destacada a importância de critérios como priorização de famílias com crianças pequenas, gestantes, idosos e pessoas com deficiência, além da necessidade de diálogo constante entre as entidades para garantir maior alcance às famílias em insegurança alimentar. Apresentou-se ainda o funcionamento do programa com 15 agricultores cadastrados, cada um contemplado com o valor de 15 mil reais, totalizando cerca de 225 mil reais em alimentos a serem distribuídos até agosto. As entregas não ocorrerão de uma única vez, mas conforme a disponibilidade de produção de cada agricultor, considerando fatores como seca e excesso de chuva. A distribuição dos alimentos entre as instituições será proporcional ao número de famílias atendidas por cada uma, sendo necessário o envio dessas informações para planejamento adequado. Também foi sugerida maior organização na variedade dos produtos entregues, evitando excesso de um único item e promovendo maior diversidade alimentar para as famílias beneficiadas. O debate concentrou-se na capacidade produtiva e na regularidade de fornecimento dos agricultores participantes do programa. Foi questionado se há planejamento quanto à especialidade de cada produtor — como quem produz mais banana, aipim, abacate ou outras culturas — e se é possível prever a periodicidade e o volume de entrega ao longo dos meses, considerando fatores como safra, clima e tempo de maturação dos alimentos. Destacou-se que a diversidade e a constância dos produtos são fundamentais para garantir distribuição equilibrada às famílias. Dafyne explicou que, embora os agricultores informem previamente os itens que produzem, a oferta depende de variáveis como seca, excesso de chuva e perdas na lavoura, o que impede previsões totalmente fixas. Também foi reforçada a exigência de qualidade rigorosa dos alimentos recebidos, relatando casos em que produtos fora do padrão foram recusados no ato da entrega. O programa paga valores acima do mercado, o que justifica a cobrança por produtos



Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

adequados e dignos para as famílias atendidas. Ficou definido que haverá nova reunião com os produtores para reforçar critérios de qualidade, maturação correta e responsabilidade no fornecimento, evitando prejuízos à imagem das instituições e da administração pública. Por fim, ressaltou-se a importância de planejamento agrícola, conhecimento do ciclo de cada cultura e organização da produção para garantir regularidade, variedade e qualidade nas entregas ao longo da execução do programa. Reforçou-se a importância do diálogo transparente com os agricultores familiares, destacando que o objetivo não é ensinar quem já possui experiência no campo, mas alinhar expectativas quanto ao planejamento da produção, sazonalidade e tempo correto de colheita, garantindo regularidade e qualidade nas entregas até o encerramento do programa. Foi enfatizado que o agricultor conhece seu ciclo produtivo e deve se organizar para colher no momento adequado, evitando a entrega de produtos verdes demais ou fora do ponto de consumo. Esclareceu-se também que, por se tratar de agricultura familiar, não se exige padronização estética dos produtos, mas sim qualidade adequada ao consumo. Foi destacado ainda que as instituições devem comunicar imediatamente qualquer problema identificado nas entregas. Por fim, ressaltou-se o caráter social e solidário do projeto, reforçando que as instituições apenas repassam os alimentos recebidos, sem fins políticos ou mérito individual, mas com o compromisso de combater a insegurança alimentar, ampliar o atendimento às famílias vulneráveis e fortalecer a parceria entre poder público, agricultores e entidades sociais do município. Na parte conclusiva da reunião, Vanderlei, destacou o papel fundamental do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e dos demais conselhos municipais na promoção da cidadania e no enfrentamento direto da vulnerabilidade social. Foi ressaltado que garantir alimento às famílias é mais do que uma ação assistencial, sendo um ato de dignidade humana. Também apontou a importância de maior envolvimento da Secretaria de Agricultura no planejamento e fortalecimento da produção local, com incentivo técnico, análise de solo, melhoria das estradas e orientação produtiva aos agricultores, visando não apenas o atendimento ao programa, mas o desenvolvimento sustentável do município. Informou-se que o banco de alimentos está entre as prioridades da gestão municipal e que há planejamento para utilização de um espaço estruturado, com câmara fria, o que permitirá ampliar e organizar melhor a distribuição, garantindo maior controle e alcance às famílias em insegurança alimentar. Foi definido que a primeira entrega ocorrerá no dia 18 de março, com cronograma mensal previsto para as quartas-feiras pela manhã, ficando acordado que o calendário será compartilhado no grupo para organização das instituições. A reunião encerrou-se com o compromisso coletivo de fortalecer a parceria, garantir qualidade e transparência no processo e ampliar o atendimento às famílias. Foram alinhados os últimos detalhes logísticos das entregas, especialmente quanto à quantidade aproximada de alimentos que cada instituição poderá receber, para que organizem adequadamente o transporte, seja por caminhonete ou com reboque, conforme o volume. Ficou acordado que a secretaria informará previamente o quantitativo disponível, incluindo itens como ovos, pão ou bolo, jaca, abacaxi, aipim, diferentes tipos de banana, milho, mamão verde (para preparo de doce ou cozimento), abóbora, cebolinha e possivelmente alface, entre outros produtos sazonais. Reforçou-se que a variedade dependerá da produção disponível e das condições climáticas. Definiu-se que os produtores

Duaduno





Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

deverão realizar as entregas até as 9 horas da manhã, para que, entre 9h e 12h, as instituições façam a retirada dos alimentos já organizados. O cronograma inicial tem as entregas previstas para os dias 18 de março, 15 de abril e 13 de maio, podendo haver ajustes posteriores conforme a execução do programa. Nada mais havendo a tratar, Eu, Vanessa Bueno Coordenadora técnica do Centro Municipal dos Conselhos, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelas demais autoridades.


Valério Francisco Frechiani

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de
Viana


Vanessa Bueno Schroeder

Coordenadora Técnica do Centro Municipal dos Conselhos

Gilmar José Mariano

Secretário de Trabalho e Assistência Social



Dafyne Jesus Matos Maduro

Nutricionista

